



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2024 (PROCESSO Nº 133)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Marcus Jair Bandeira, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **RETIFICAÇÃO do Edital da licitação do Pregão Eletrônico nº 16/2024 – Processo 133**, que passa **conter a seguinte redação:**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Marcus Jair Bandeira, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006, além das demais disposições aplicáveis, inclusive a regulamentação municipal e condições estabelecida no Edital e seus anexos, torna público, para o conhecimento dos interessados, o **Pregão Eletrônico para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para transporte para as linhas descritas no Anexo I**, sendo que a licitação é do tipo Menor Preço - Unitário por Item, ou seja por KM, atendendo a solicitação da:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

1. DO LOCAL, DATA E HORA:

1.1. Local: plataforma eletrônica do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.1.1. Final de recebimento de propostas: 08 horas e 30 minutos do dia 14/05/2024.

1.1.2. Abertura das propostas: 08 horas e 30 minutos do dia 14/05/2024.

1.1.3. Modo de Disputa: Aberto.

1.1.4. Diferença mínima entre lances: R\$ 0,01 (um centavo de real).

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, até às **08 horas do dia 14 de maio de 2024**.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para transporte dos alunos matriculados nas Escolas de Educação Básica do Município de Nova Ramada/RS (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), referente as linhas descritas no Anexo I – Modelo de Proposta.

2.2. A licitação será realizada por itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

2.3. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço - Unitário Por item**, ou seja, por **KM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. O orçamento da Administração não é sigiloso e foi elaborado com base no Decreto Municipal nº 4.569/2023, pela empresa **MAUSS CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.368.332/0001-72, contratada pelo Município para essa finalidade.

2.5. A referida contratação terá como base a Lei Municipal nº 1.217, de 15 de julho de 2013, que aprova o regulamento do transporte escolar no município de Nova Ramada, Resolução nº 18, de 22 de outubro de 201 do CD/FNDE- PNATE e o Decreto nº 54.458, de 28 de dezembro de 2018 PEATE/RS , no Código Brasileiro de Trânsito – CTB Lei 9.503/97 (cabe ressaltar que no CTB, capítulo XIII, Art 139, declara que o município pode aplicar exigências nos seus regulamentos que não estejam explícitas no CTB.) e demais legislações vigentes no trânsito.

3. DA EXECUÇÃO:

3.1. A execução será conforme consta na **Cláusula 5ª da Minuta do Contrato, Anexo II deste Edital.**

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no campo específico disponível na Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A resposta à **impugnação** ou ao **pedido de esclarecimento** será formalizada pelo Pregoeiro, e deverá ser divulgada em **sítio eletrônico oficial do Município** e no **Portal de Compras Públicas** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do disposto no § único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. A resposta à impugnação, de que trata o item 4.2, será formalizada pelo Pregoeiro o qual dará vistas a Autoridade Superior para providências, se necessário.

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não impedirá sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva, bem como as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. O fornecedor deverá fazer seu cadastro no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, acessando o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de **chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível**, para acesso ao sistema eletrônico. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por **eventuais danos** decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.4. As licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverão **declarar**, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA**, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E OBSERVAÇÕES GERAIS:

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.

6.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO**, que **está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** definidos neste Edital. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

6.3. Os representantes de microempresas, empresas de pequeno porte, **deverão** declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s). A **ausência da declaração**, naquele momento, significará a desistência das microempresas ou empresas de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.4. Não poderão participar deste Pregão os licitantes e agentes públicos:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- g) Empresas que se encontram em débitos com o Município de Nova Ramada.

6.5. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando incidirem em algum dos incisos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, desde que observadas as normas consignadas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, bem como os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a **moeda corrente nacional**.

6.8. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

6.9. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

6.10. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

a1) Nos itens **exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” **impedirá o prosseguimento** no certame;

a2) Nos itens em que a participação **não for exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante **não ter direito ao tratamento**



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) Que atendem os requisitos para a habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei;
- d) Que não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado** observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (caso esteja dispensado deverá comprovar);
- f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL E DA INCLUSÃO NO SISTEMA OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** a proposta com a **descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de lançamento das propostas.

7.2. O envio da proposta, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha**.

7.3. As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

7.4. Incumbirá ao licitante **acompanhar** as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta anteriormente inseridas no sistema.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

7.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

7.8.1. Se os documentos de habilitação não estiverem completos, corretos e ou válidos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, e não puderem ser saneados, o pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**.

7.8.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

7.9. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

7.10. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet terão sua validade verificada pelo pregoeiro no momento da habilitação.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para complementação de informações, conforme estabelece o art. 64 da Lei Federal 14.133/2021.

7.12. Nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

8. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação descritas no Anexo I - Modelo Proposta.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. As propostas econômicas devem compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração**, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

9. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, **por meio de sistema eletrônico**, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas mínima exigidas no Anexo I – Modelo de Proposta, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Também será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. O sistema disponibilizará **campo próprio para troca de mensagens** entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

9.10. Os licitantes poderão **oferecer lances sucessivos**, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.11. O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ao último** por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- 9.12.** Será adotado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.** Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 9.14.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.
- 9.15.** Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.
- 9.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- 9.17.** Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.
- 9.18.** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.19.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.20.** No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.
- 9.21.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.22.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.23.** Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 9.24.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.
- 9.25.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.26. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.27. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.28. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

9.29. As propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.30. Caso a microempresa, a empresa de pequeno e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

9.31. No caso de **equivalência dos valores** apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio entre elas** para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.32. Em caso de **empate entre duas ou mais propostas**, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.32.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

9.32.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.

9.32.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, quando houver.

9.32.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.32.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.32.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.32.5.2. Empresas brasileiras.

9.32.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

9.32.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.33. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

9.34. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.35. Caso não exista possibilidade de negociação, via manifestação formal no chat, pelo fornecedor melhor classificado, **o prazo de negociação poderá ser reduzido.**

9.36. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.37. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** e no prazo máximo estipulado pelo Pregoeiro, envie a **PROPOSTA ADEQUADA** (devidamente assinada e através do Portal de Compras Públicas) **ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, da **Planilha de Custos de Composição do valor do km, devidamente preenchida e assinada, nos moldes do Anexo IV do Edital.**

10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso do Pregoeiro no chat.

10.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, caso esse entenda pela necessidade de concessão maior de prazo para envio dos documentos.

10.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. A Administração poderá solicitar, quando julgar necessário, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do certame.

10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro **verificará a habilitação do licitante vencedor**, observado o disposto neste Edital.

10.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro **verificará a habilitação do licitante vencedor, solicitando que o mesmo envie as documentações via sistema (através do Portal de Compras Públicas) em até 2h (duas) horas contadas da solicitação, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro.**

11. HABILITAÇÃO:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas e ainda aos seguintes cadastros:

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portal.datransparencia.gov.br).

11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br).

11.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, **a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

11.4.1. É dever do licitante **atualizar previamente as comprovações** constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.5. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação **com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.**

11.9. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em **nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao **CND e ao CRF/FGTS**, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.12. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.13. HABILITAÇÃO JURÍDICA:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.13.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.13.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.13.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.13.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.13.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.13.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.13.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.14. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.14.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.14.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.14.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.14.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11.14.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.14.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

11.14.8. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.

11.14.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.15. HABILITAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

11.15.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

11.15.1.a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

11.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL:

11.16.1. MANUTENÇÃO: Declaração formal devidamente assinada, de que na data da assinatura do contrato, a empresa vencedora manterá durante toda a vigência do contrato, as condições de trafegabilidade, mecânica, exigidas pela legislação vigente do tráfego de escolares, e também as condições de uso interno e externo que preservem a segurança dos escolares;

11.16.2. MOTORISTA: Declaração formal devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que na data da assinatura do contrato, a empresa vencedora apresentará o motorista, através de relação do mesmo e a comprovação de que faz parte do quadro funcional, ou contrato de prestação de serviços e deverá ser observado as normas trabalhistas e da categoria;

11.16.3. VEÍCULO: Declaração formal devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que para a assinatura do contrato, a empresa vencedora apresentará o veículo a ser utilizado na execução do contrato, acompanhado dos documentos de propriedade, e sua respectiva Autorização para Trânsito de Veículo de Transporte Escolar emitida pelo Detran;

11.16.4. Declaração formal devidamente assinada pelo representante legal da empresa de que o veículo atende a exigência Municipal do ano de fabricação não ser superior a 15 anos.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o **licitante será declarado vencedor.**

12. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor será encaminhada no sistema eletrônico no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado ou reduzido de acordo com o Pregoeiro, e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. Conter a indicação do **banco, número da conta e agência** do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.4. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos, e o valor global em algarismos e por extenso.

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DO RECURSO:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, se for o caso, **deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.**

13.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros 3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O recurso/contrarrazões será(ão) analisado(s) pelo Pregoeiro, o **qual formalizará decisão administrativa.**

13.3.1. Havendo dúvida jurídica formalizada por esse, com indicação expressa do artigo legal que suscitou a dúvida, o processo poderá ser remetido à assessoria jurídica, que se limitará a analisar a aplicabilidade do dispositivo legal mencionado.

13.4. Da mesma forma, havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Pregoeiro, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

13.5. A decisão final do recurso/contrarrazões será formalizada pelo Pregoeiro.

13.5.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (Pregoeiro), que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar e Homologar a licitação.

15.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.4. O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

15.4.1. A anulação da licitação torna sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

16. CONTRATO:

16.1. Homologado o procedimento licitatório, o Município convocará a licitante vencedora para assinar o contrato. A mesma deverá firmar a contratação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa do licitante, contendo a exposição circunstanciada do motivo.

16.1.2. O contrato a ser assinado terá como base a minuta de contrato (anexo III do presente edital) e dele faz parte integrante.

16.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.3. Como condição para a sua contratação a licitante vencedora deverá **manter as condições de habilitação** previstas no presente edital, prestar as informações solicitadas pelo Município, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes desta Licitação.

16.4. Como requisito indispensável para assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos a fiscalização do contrato junto a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo:

16.4.1. DO VEÍCULO:

- a) Registro como veículo de passageiro (conforme Código Brasileiro de Trânsito art. 136.)
- b) Laudo de vistoria do veículo elaborado por engenheiro mecânico (prestação de serviços conforme Artigo 136 do CBT - Código de trânsito Brasileiro, em acordo com a Portaria Detran/RS nº 54, de 22 de fevereiro de 2022;
- c) Comprovante do seguro obrigatório DPVAT;
- d) Certificado de propriedade do veículo a ser utilizado no serviço ou, no caso de veículo locado, contrato de locação registrado em cartório;
- e) Certificado de registro e licenciamento do veículo (CRLV) a ser utilizado no serviço Art 124, 131 vigente;
- f) Autorização para transporte emitida pelo DETRAN;
- g) Certificado do Cronotacógrafo de verificação pelo INMETRO;
- h) Comprovante de pagamento IPVA-Resoluções CONTRAN 13/98, I e 061/98 ou apresentação de documento de isenção (quando o veículo for exclusivo para transporte escolar) conforme § 11 do artigo 4º do RPIVA e Art 136 do CTB lei nº 9.503/97.

16.4.2. DO CONDUTOR DO VEÍCULO:

- a) Comprovação de ter idade superior a vinte e um anos- CTB. Art 138, I;
- b) Apresentação de comprovação de realização de curso especializado de condução de transporte escolar, nos termos do CONTRAN- CTB. Art 138, V e 145, IV;
- c) Apresentação de comprovação de não ter cometido mais de uma multa gravíssima durante os 12 (doze) últimos meses, expedida pelo DETRAN;
- d) Folha corrida de antecedentes criminais;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

e) Apresentar prova de vínculo dos motoristas com a empresa licitante. No caso de empregado – anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio – anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado – anexar cópia autenticada do Contrato, o qual deverá estar devidamente registrado.

f) Carteira Nacional de Habilitação, categoria D e ou E- CTB. Art. 138, II e 143, V.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

17.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

17.1.11. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 17.1 deste edital as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

17.3. As sanções previstas nos itens “17.2.1.”, “17.2.3.” e “17.2.4” do item 17.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item “17.2.2.” do mesmo item.

17.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 17.2 do presente Edital.

17.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.6. A aplicação das sanções previstas no item 17.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.7. Na aplicação da sanção prevista no item 17.2, item “17.2.2.”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

17.8. Para aplicação das sanções previstas nos itens “17.2.3 e “17.2.4” do item 17.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

17.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

17.12.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

17.12.2. Pagamento da multa;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

17.12.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

17.12.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

17.12.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.13. A sanção pelas infrações previstas nos itens “17.1.7” e “17.1.10” do item 17.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

18. DO PAGAMENTO:

18.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior a efetivação dos serviços, a contar da entrega da nota fiscal (na nota fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato, a placa do veículo, a fonte de recurso e deverá ser emitida separada conforme fonte de recurso e despesa para fins de prestação de contas dos recursos) a nota fiscal deverá ser entregue a Secretária da Fazenda (sob responsabilidade da Contratada) para fins da efetivação do pagamento já autorizado pela Secretaria de Educação.

18.2. A empresa contratada somente poderá emitir a Nota Fiscal referente ao mês dos serviços prestados após entregar a Secretaria Municipal de Educação o Relatório de Controle Mensal com a assinatura do motorista e um membro da equipe diretiva da Escola Municipal Dom Pedro I e o relatório (discos) de aferição do tacógrafo para fins de atestar a prestação dos serviços, especificando o número de viagens, conforme o número de dias letivos do mês e a km efetivamente realizada, documento que deverá ser conferido pela Secretaria Municipal de Educação, condição básica para que seja solicitado pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda. O Relatório de Controle Mensal deverá ser entregue preenchido sobre a responsabilidade da Contratada no último dia útil do mês.

18.3. No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente,



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.7. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. A íntegra do Edital está disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br ou www.novaramada.rs.gov.br, bem como poderão ser lidos e/ou obtidos na Prefeitura Municipal de Nova Ramada, junto ao setor de Licitações e ou diretamente com o Pregoeiro no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, localizado no prédio do centro administrativo, na Avenida Gustavo König, 95, telefone (55) 99975-7098.

19.10. As despesas, referente às aquisições correrão por conta da seguinte dotação:

06	SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO,CULT.,DESP.E TURISMO	
2	36	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTI
2	32	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAME
2	33	MANTER TRANSPORTE DO ENSINO MÉDIO



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

2

36

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTI

339039320000

TRANSPORTE ESCOLAR

19.11. Fazem parte integrantes deste Edital:

19.11.1. Anexo I – Modelo Proposta de Preços;

19.11.2. Anexo II – Minuta de Contato;

19.11.3. Anexo III – Termos de Referência;

19.11.4. Anexo IV – Calendário Escolar;

19.11.5. Anexo V – Modelo de Planilha de Custos.

19.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Ramada (RS), 23 de abril de 2024

Marcus Jair Bandeira

Prefeito

Taciana Rubia Stefani

Setor de Licitações

APROVO:

Tatiana Raquel Dallabrida

OAB/RS 091.391-/- Assessora Jurídica



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2024

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

“Contrato firmado entre o Município de Nova Ramada e a empresa....., .”

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, 95, no Centro Administrativo, município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MARCUS JAIR BANDEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº. 610.481.350-04, residente e domiciliado em Barro Preto na cidade de Nova Ramada/RS;

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, na cidade de/....., representada neste ato pelo, Sr., inscrito no CPF sob o nº, brasileiro,,, residente e domiciliado na cidade de/.....

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do processo Pregão Eletrônico nº.16 /2024 – Processo 133, que regerà pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive nos casos omissos, suas alterações posteriores, legislação municipal e demais dispositivos legais aplicáveis.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para transporte dos alunos matriculados nas Escolas de Educação Básica do Município de Nova Ramada/RS (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), conforme Pregão Eletrônico nº. 16/2024 – Processo 133.

DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª. O CONTRATANTE deverá:

Parágrafo primeiro. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços, em conformidade com a Cláusula 6ª;

Parágrafo segundo. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo terceiro. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento dos serviços não observar a forma estipulada na contratação e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

Parágrafo quarto. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços e do presente contrato. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da administração.

Parágrafo quinto. É obrigação da contratante definir as rotas e itinerários dos veículos escolares da frota contratada, fiscalizar a prestação de serviços contratados e o estado de conservação dos veículos utilizados no transporte escolar.

Parágrafo sexto. Realizar a inscrição dos novos usuários e a inclusão no itinerário comunicando a contratada.

Parágrafo sétimo. Notificar a contratada por escrito, sobre qualquer irregularidade que venham a ocorrer em função da execução dos serviços, fixando prazos para a sua correção.

Parágrafo oitava. Emitir a autorização para trânsito de veículos de transporte escolar do Município, após conferência da documentação entregue pela contratada, autorização obrigatória para apresentar no DETRAN.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Cláusula 3ª. A CONTRATADA deverá:

Parágrafo primeiro. Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA fica obrigada a executar os serviços, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 16/2024 – Processo 133 e em consonância com a proposta de preços.

Parágrafo terceiro. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

Parágrafo quarto. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

Parágrafo quinto. É VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo sexto. A contratada deverá realizar, se necessário e quando solicitado pelo município, adequações necessárias no veículo e ou serviços prestados, tais como inclusão de um monitor para auxiliar os alunos e adaptação de veículo (caso haja necessidade dessas adequações a tabela de custos poderá ser readequada).

Parágrafo sétimo. A empresa deverá fornecer ao fiscal do contrato número de contato telefônico do motorista para fins de avisos e informações.

Parágrafo oitavo. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

DO PREÇO

Cláusula 4ª. O valor a ser pago pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** será de R\$ por km, totalizando R\$.....

DA EXECUÇÃO

Cláusula 5ª. Os serviços deverão ser realizados conforme roteiros e quilometragem estabelecida, de acordo com as legislações vigentes, de segundas às sextas-feiras, com possibilidades de sábados letivos, conforme calendário escolar. Os veículos ofertados deverão ter a capacidade conforme consta em cada itinerário e a idade máxima dos veículos de 15 anos a contar da data de fabricação.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA deverá executar os serviços da seguinte forma:

a) Seguir rigorosamente os itinerários, turnos e quilometragem contidas nos itinerários de cada linha, nos dias letivos em acordo com o Calendário escolar. Os roteiros especificados poderão sofrer alteração nas suas linhas, acrescentando ou suprimindo quilometragem, sendo que estas alterações serão objeto de acordo entre as partes, conforme o caso, tendo em consequência, o aumento ou diminuição do valor de cada linha, inclusive, com modificação de veículo ou criação de novo roteiro. Fica proibido à Contratada a executar percurso que ainda não foi realizado as alterações legais. Sendo assim, só poderá executar após a assinatura do Termo Aditivo. Fica a contratada sob a responsabilidade de informar de imediato quando a desistência de algum aluno usuário do transporte, que ocasione a modificação do percurso.

b) O veículo deverá cumprir o estipulado para a necessidade de cada linha, com a capacidade de passageiros solicitada, com idade máxima de 15 anos, ter a autorização emitida pelo DETRAN, a qual deve ser afixada na parte interna, em local visível, com inscrição da lotação permitida (sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante). O veículo somente deverá transportar, única e exclusivamente alunos autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

c) Para apuração dos preços a serem ofertados por km rodado o município disponibilizara planilha de custos para referência do preço máximo, deverá o Licitante levar em consideração, que o transporte de estudantes abrangerá todas as localidades descritas no itinerário, independente da distância ou da qualidade das estradas, vedada, após a celebração do termo contratual qualquer reclamação incidente destes fatores, que objetivem solicitação de revisão dos mesmos. As despesas com combustíveis, motorista, taxas e vistorias, manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção) serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

d) Os motoristas que irão dirigir os veículos deverão estar com suas Carteiras de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria dos veículos que irão dirigir.

e) Os veículos que serão utilizados para a prestação do serviço licitado, deverá atender obrigatoriamente todas as especificações constantes nas normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN/DETRAN RS, além de serem registrados como veículos de passageiros e será inspecionado pelo Município, vedada qualquer justificativa em contrário, visando a verificação das conformidades dos equipamentos obrigatórios de segurança, mediante o que estabelece a legislação, além da verificação da parte mecânica, elétrica, chaparia, pintura e cronotacógrafo.

f) Os veículos somente poderão trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente.

g) Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente de algum dos veículos e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará a contratada, obrigado a substituir imediatamente, a tempo de os estudantes ainda chegarem naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original, avisar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte de estudantes e ou, motorista se for o caso.

h) O Município não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos.

i) A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- j)** O veículo deverá estar equipado com tacógrafo, cintos de segurança em todos os assentos, extintores de incêndios, dispositivos para visão indireta, dianteira e traseira, tipo retrovisores, conforme o CONTRAN, ou outros dispositivos que mostrem o campo de visão indireta do condutor (dispositivos tipo câmera monitor), bem como outros equipamentos exigidos legalmente.
- l)** O veículo deverá conter pintura de faixa horizontal na cor amarela, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, em letras maiúsculas, devendo ser invertidas as cores caso a carroçaria do veículo seja pintada na cor amarela; (Conforme Portaria do DETRAN/RS Nº 311, de 14 de Agosto de 2013), conter lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira (Art.136 CBT) e limitadores de abertura de vidros corrediços, de no máximo dez centímetros.
- m)** O veículo deverá possuir o seguro obrigatório de transportador rodoviário de passageiros com instituição oficial conforme valores e normas do DAER.
- n)** A contratação, bem como a prestação dos serviços, deverá obedecer ao que estabelece o Código de Trânsito Brasileiro - LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 e demais legislações pertinentes.
- o)** O condutor deverá realizar os serviços com hombridade, profissionalismo, com trajes adequados e crachá de identificação com foto, nome legível e empresa identificada.
- p)** A empresa contratada deverá manter preposto ou sede no município durante a vigência do contrato.
- q)** A empresa contratada sujeitar-se-á as vistorias a serem procedidas pela Secretaria de Educação e Fiscal do contrato a qualquer tempo, evidenciando o rigoroso cumprimento das exigências da contratação previstas.
- r)** A empresa contratada terá a responsabilidade pela Manutenção Preventiva e corretiva dos veículos necessários a execução dos serviços, por meio de vistorias periódicas, obedecendo as recomendações do Manual do proprietário de cada veículo (troca de filtros, balanceamento das rodas, calibragem dos pneus, fluido do freio, amortecedores,).
- s)** A fiscalização dos serviços prestados pela contratada será realizada pelo fiscal de contrato que será determinado pela Secretaria Municipal de Educação. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal. O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas conveniente. A



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Contratada deverá fornecer à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e ao Fiscal do Contrato quaisquer elementos que lhes forem solicitados, para fins de controle e fiscalização.

t) Para a renovação semestral do Laudo de vistoria que será fornecido a fiscalização o veículo será avaliado por engenheiro mecânico, na prestação de serviços conforme Artigo 136 do CBT - Código de trânsito Brasileiro, em acordo com a Portaria Detran/RS nº 54, de 22 de fevereiro de 2022, **deverá ser seguido o constante no Decreto Municipal nº 4.406, 19 de agosto de 2022 e eventuais alterações.**

u) A empresa deverá apresentar no último dia do mês ao Fiscal do Contrato as Guias de INSS e FGTS quitadas com o relatório da GFIP e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (visando ao cumprimento do disposto no art. 195, § 3º, da Constituição Federal).

Parágrafo segundo. Os serviços de transporte terão os seguintes itinerários:

LINHA 01 - Primeiro de Maio/ Rincão dos Dalsasso		
TURNO	TRAJETO	KM diários
1.1 Manhã	Escola Municipal Dom Pedro I > Travessa Dalsasso-Montagner, parada Montagner embarca Alexandre Montagner (3km) > estrada 1º de maio, parada Francisconi, embarca Riquiel Francisconi (5,6 km)> estrada 1º de maio – Rincão dos Camargo, embarca Maik Luan Rolim de Souza (6,2 km)> embarca Guilherme Da Ros (9,68 km)> estrada Rincão dos Camargo – Dalsasso, embarca Isabela Dalsasso(12km) >RS 539 > Escola Municipal Dom Pedro I (16,26 KM)	16,26 km
1.2 Meio-Dia	Escola Dom Pedro I >Estrada Rincão dos Camargo - Dalsasso , Desembarca Isabela Dalsasso > Embarca Francisco Didoné de Camargo(6, 2km) > Estrada Rincão dos Camargo – Primeiro de Maio , desembarca Guilherme e embarca Ana Júlia de Marchi(6,6 km) > Parada Prates , embarca Kauani Maria Bueno da Silva(8 Km) > desembarca Maick Rolim(10,1 km) > estrada Primeiro de maio – Barro Preto, desembarca Riquiel Francisconi(10,7km) > retorna até estrada Primeiro de Maio- Centro administrativo, embarca Beatriz Mülhbaier Wagner(13,3 km) > Travessa dos Siqueira-Montagner , parada Montagner, desembarca Alexandre > parada Siqueira, Embarca Maria Eduarda R. da Silva (15,3km)> parada do Ginásio Municipal, embarcam Brenda R. Didoné, Ester Lutke dos Santos, Maria Valentina Müller Pascoal, Davi Luiz Casagrande Schreiber, Augusto Casagrande Schreiber, Miguel Speroni Ficher e Maysa Dafine Martins (18,4 km)> estrada geral RS 539 até travessa Francisconi, parada Francisconi , embarca Luiz Murilo Francisconi (21 km) > Escola Dom Pedro.(23,3 km)	23,3 km
1.3 Tarde	Escola Dom Pedro I>desembarca Luiz Murilo(1,9 km)- Parada do Ginásio, desembarca Brenda R. Didoné, Ester Lutke dos Santos, Maria Valentina Müller Pascoal, Davi Luiz Casagrande Schreiber, Augusto Casagrande Schreiber e Maysa Dafine Martins (4,7 km)> Travessa Siqueira-Montagner, parada Siqueira desembarca Maria Eduarda(7,6 km> Estrada Primeiro de Maio- Rincão dos Camargo, parada Prates desembarca Kauani Maria Bueno da Silva(13,9 km)> desembarca Ana Júlia de Marchi (15,3 Km)> desembarca Francisco Didoné Camargo (15,7 km) > RS 539 > Escola Municipal Dom Pedro I(21,9 Km)	21,9km
Total geral km		61,46 km
Horário Escolar: Manhã: 7h20min às 11h20m Km total diária: 61,46 km Veículo com capacidade de 15 passageiros.		
Tarde: 13h às 17h		



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

LINHA 02 – Madeireira/Pranchada

TURNO	TRAJETO	Km diários
1.1 Manhã	Escola Dom Pedro I> Estrada Pinhal-Esquina Pitã> Travessa Dallabrida- Stefani> Estrada Planchada-Eickoff- Werner Jann> Parada Werner Jann, embarcam Tiane Gobi Michael e Samuel Gobi Maciel (8,38km)>retorna até a parada Eickoff, embarcam Luisa Eduarda da R. Rodrigues, Guilherme K. B Eickoff e Mateus K. B. Eickoff (10,17 km) > em direção a travessa Mafalda-Marguti> parada Debesaites, embarca Rena Debesaites(14,45 km) > Entrada Viana , embarca João Kauã Viana Machado(16,39 km) >Estrada Geral Esquina Umbu em direção a RS 155 até a entrada de Galileu, parada Galileu , embarcam Joana Nowaczic da Silva e Helena Nowaczic da Silva(21,35 km)> Segue até a parada Pietzak, embarca Daniel Pietzak(23,3 km)> segue até parada Reinaldo Strada, embarca Arthur de Oliveira(25,12km) > parada Guiese, embarcam Maria Eduarda Guiese e Kaiane Sabrina Batista(25,77 km) > Travessa Pietzak-Madeiraira > em direção a entrada Edgar Brasil, parada Maciel, embarca Janaina Maciel Machado(30,11 km)> Estrada Geral Madeiraira> RS 539> Escola Municipal Dom Pedro I (35,73 km).	35,73
1.2 Meio-Dia	Escola Dom Pedro I> Estrada Pinhal-Esquina Pitã> Travessa Dallabrida- Stefani> Estrada Planchada-Eickoff- Werner Jann> Parada Werner Jann, desembarcam Tiane Gobi Michael e Samuel Gobi Maciel (8,38km)>retorna até a parada Eickoff, desembarcam Luisa Eduarda da R. Rodrigues, Guilherme K. B Eickoff e Mateus K. B. Eickoff (10,17 km) > em direção a travessa Mafalda-Marguti> parada Debesaites, embarca Rena Debesaites(14,45 km) >Entrada Machado Maciel , embarca Bianca Machado Viana Maciel (15,8 Km) > Entrada Viana , desembarca João Kauã Viana Machado(16,39 km) >Estrada Geral Esquina Umbu em direção a RS 155 até a entrada de Galileu, parada Galileu , desembarcam Joana Nowaczic da Silva e Helena Nowaczic da Silva(21,35 km)> Segue até a parada Pietzak, desembarca Daniel Pietzak(23,3 km)> segue até parada Reinaldo Strada, desembarca Arthur de Oliveira(25,12km) > parada Guiese, desembarcam Maria Eduarda Guiese e Kaiane Sabrina Batista(25,77 km) > travessa Paplowski-Assis Brasil até Parada Paplowski, embarcam Davi Luis Ficher Paplowski e Gabriel Calgaro Paplowski (27 Km)> retorna Travessa Pietzak-Madeiraira > em direção a entrada Edgar Brasil, parada Maciel, desembarca Janaina Maciel Machado e embarcam Allana Vitória Baraldi Maciel, Diovana Maciel Bohn e Luis F. Maciel dos Santos(30,9 km)> Estrada Geral Madeiraira> RS 539> Escola Municipal Dom Pedro I (36,51 km)	36,51
1.3 Tarde	Escola Dom Pedro I > entrada travessa Didi Francisconi, desembarca Sofhia Francisconi(3,2 km)>Travessa Dallabrida-Stefani > Estrada Planchada-Eickoff- Werner Jann, entrada Werner Jann, desembarca Thiane Gobi Michael> parada Eickoff, desembarcam Guilherme K. B. Eickhoff (10,1 km) > Travessa Mafalda -Marguti , parada Debesaites, desembarca Renan Gustavo Debesaites(14,4 km) > Entrada Maciel Machado ,desembarca Bianca Machado Viana(16,28 km) >retorna até entrada Edgar Brasil Parada Maciel , desembarca Diovana Maciel Bohn, Luis Felipe Maciel dos Santos e Allana Vitória Baraldi Bohn(21,8 km) > retorna até Travessão Pietzac-Paplowski, Parada Paplowski desembarcam Davi Luis Fischer Paplowski e Gabriel Calgaro Paplowski(27,8 km)> Escola Dom Pedro I(36,72 Km).	36,72
Total geral km		108,96 km

Horário Escolar: Manhã: 7h20min às 11h20min

Tarde: 13h00min às 17h00min

Km total diários: 108,96 Km

Veículo com Capacidade de 16 passageiros.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

LINHA 03 – Bom Sucesso/Passo da Cachoeira

TURNO	TRAJETO	KM diários
1.1 Manhã	Saída Escola Municipal Dom Pedro I> Direção Esquina Bom Sucesso>estrada Bom Sucesso-esquina Dolovitch, parada Darci Uhde, embarca João Vitor Marinho Uhde(4,8km)> Estrada Barro preto- dois Portões> RS 514 direção Ajuricaba> Parada Bär embarca Erick Bär (13,2 km)> retorna pela RS 514> estrada Barro Preto - Dois Portões> travessa Desconsi, parada Desconsi, embarca Jaqueline Lais Albrecht Desconsi (21,4 Km)>retorna estrada Barro Preto-Dois Portões sentido Barro Preto até parada Dallabrida, embarca Vanessa Aila Dallabrida e Andressa Tais Dallabrida(23,4 km)>parada Rodrigues, Embarca Lisiara Bonmann Rodrigues e Loiara Bonmann Rodrigues(23,7 km)> em direção ao Barro Preto até parada Nelson Bonmann, embarca Mariana Scarlee Bonman(25,7 km)> travessa Mafalda-Mello, embarca Milleni Melo de Jesus (26,8 km) > retorna Estrada Barro Preto Dois Portões> travessa Weich- Perrusato, embarca Isabela Weich de Freitas(29,4 km) > E.E.E.M. Dr. Roberto Löw(31,9 km) > Escola D. Pedro I(36,83 Km).	36,83
1.2 Meio-Dia	Escola D. Pedro I> Esquina Bom Sucesso> travessa Fachim, embarca Miguel Fachim(5,7 km) > retorna até a parada Tolfo, embarca Lucas Daniel Tolfo (6,6 km)> segue até a entrada Elizier de Souza, embarca Joaquim Buch de Souza(7 km)> parada Dinho, embarca Heloisa Kuhn Francisconi(7,3 km)> travessa bom Sucesso_ Dolwhicht, parara Darci Uhde, desembarca João Vitor Marinho Uhde (8,1km)> estrada barro Preto-Dois Portões em direção ao Barro Preto até para do Nelson Bonman, desembarca Mariana Scarlee Bonman e embarca Maria Isabel Scarlee Bonman(10,5 km)> Travessa Weich-Perusato , desembarca Isabela Weich de Freitas (13 km) > E.E.E.M. Dr. Roberto Löw (15,5 km) > retorna para estrada Barro Preto-Dois Portões até a travessa Mafalda-Melo, desembarca Milleni Melo de Jesus e embarca Ágatha Louise Mafalda(19,3 km)>retorna estrada barro Preto – Dois Portões segue até parada Rodrigues, desembarca Lisiara Bonman Rodrigues e Loiara Bonman Rodrigues(22,4 km)> parada Dallabrida, desembarcam Vanessa Aila Dallabrida e Andressa Tais Dallabrida(22,7 km)>RS 514 parada Bär, desembarca Erik Bär(29,5 km)>retorna até entrada Heitor Mafalda, embarca Martha Mafalda Piccinin(31,1 km)> direção travessa Desconsi desembarca Jaqueline Albrech Desconsi(37,4 km)> em direção a Antiga Escola Dom João VI> travessa Perusato-Weich> Entrada Aldir Rehfeld, embarca Matheus Rehfeld (41,7 km)>segue até entrada Geovani Freitas, embarca Ícaro Weich (42,9 km) >em direção ao Barro Preto> RS 539 até entrada Alex de Marchi, embarca Maiara Viana de Marchi (46,7 km) > Parada Rigoli, embarcam Davi Francisco de Souza köller, Livia Isabeli da Silva Rodrigues e Taisa Hültgran(47,2 km)> parada Möbs, embarca Alice Fernanda Möbs(47,7 km) > Escola Municipal Dom Pedro I (48,92 km)	48,92
1.3 Tarde	Escola Dom Pedro I> Estrada Barro Preto-Pinhal, parada Möbs, desembarca Alice Möbs (810 m) >Parada Rigoli, desembarca Livia Isabeli da Silva Rodrigues e Taisa Hültgran (1,4 km)> travessa Balim > travessa Perusato-Weich, desembarca Ícaro Weich de Freitas (4,6 km)> desembarca Mateus Rehfeld (5,7 km)> retorna estrada Barro Preto dois portões> travessa Mafalda-Melo, desembarca Ágatha Luise Mafalda(9,3 km)> retorna estrada Barro Preto Dois Portões até a parada Nelson Bonman, desembarca Maria Isabel Scarlle Bonman (10,3 km)>RS 514, desembarca Martha Mafalda Piscinim (17,9 km)> travessa Fachim, parada do Dinho, desembarca Heloisa Kuhn Francisconi (25,7 km) > desembarca Joaquim Buch de Souza(25,9 km)>parada Tolfo ,desembarca Lucas Daniel Tolfo (26,2 km)> entrada Fachim desembarca Miguel Pinheira Fachim (27,1 km) Escola Municipal Dom Pedro I (33,07 km)	33,07
	Total geral km	118,82

Horário Escolar: Manhã: 07h20min às 11h20m

Tarde: 13h às 17

Capacidade de passageiros: Veículo com capacidade mínima de 16 passageiros.

Km total diária: 118,82 km



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

LINHA 4 - Formigueiro/Joipe		
TURNO	TRAJETO	KM diários
1.1 Manhã	Escola Dr. Roberto Löw > estrada geral Barro Preto-Ajuricaba sentido Formigueiro até Mercado DaKasa > Estrada Formigueiro-Linha 24 até parada Riewe , embarca Alessandro Riewe e Evandro Riewe(6,7km) > retorna até estrada Formigueiro- Timbozal(entrada Igreja Evangélica) segue até entrada de acesso Steurer> travessa Steurer-Kürchner > segue a direita até parada Olbrich, embarca Diúlia Olbrich (11,3 km) > retorna seguindo até parada Osmar Tomm, embarca Junior Ricardo Tomm(12,5 km) > segue pela estrada mass-horing até parada Tomm-Prauchner, embarca Luiza Tomm(13,6 km) > segue até parada Heiter, embarca Stefani L. Scalee Heiter (14km) > segue até para Ficher, embarcam Monike M.H. Ficher e Mirelli Mileni Ficher(14,5 km) travessa Guse - Siqueira , parada Guse, embarca Guilherme R. Beck Guse (15,3 km) > parada Siqueira ,embarca Cassiano U. de Siqueira (15,5 km) > segue sentido Barro Preto pela Estrada Horing-Drews até estrada Barro Preto -Timbozal >Cx. De Agua Barro Preto, embarcam Valentina R. Bueno e Laila da Fonseca Cavalheiro(18,3 km) > segue até Escola Dr.Roberto Löw, desembarcam Luisa, Diúlia, Junior e Guilherme (19,3 km) > Parada do Kiko , embarcam Jaíne Maria Bueno Endl, Pietro M. de Lima, e Danilo Appel (19,7 km) > segue pela Avenida Brasil, embarca Analu Diefenthaler(20,2)> segue pela Rua Alvorino Prates da Silva >estrada geral RS 539 sentido Pinhal>Escola Municipal Dom Pedro I(25 km) >retorna até a travessa Francisconi, Parada Francisconi embarca Iuri Francisconi e Julia Francsiconi (26,9 km) > Estrada Centro Administrativo-Balin , embarca Emanueli L. Mülhbaier (30,4 km) > E.E.E.M. Dr. Roberto Löw (33,2 km)	33,2 km
1.2 Meio-Dia	Escola Municipal Dom Pedro I > parada Francisconi desembarca Iuri e Julia Francisconi(1,9 km)> parada Ginásio, embarca Emanueli Mulhbaier(4,77 km) > estrada centro administrativo-Balim, desembarca Emanueli(5,77 km) >avenida Brasil, desembarca Analu Dienfenthaler (7,5 km)> Parada Kiko, desembarca Jaíne Maria Bueno Endl, Pietro M. de Lima, e Danilo Appel (8,1 km) > Escola Dr. Roberto Löw(8,6 km) >Caixa de Agua Barro Preto desembarcam Valentina R. Bueno e Laila da Fonseca Cavalheiro (9,4 km)>estrada Barro Preto-Timbozal > travessa Horing-Drews > estrada esquina Joipe> travessa Riterbuch, embarca Oscar Ritercuch e Larissa Riterbuch(13,7km) > travessa Guse – Siqueira, parada Siqueira, desembarca Cassiano V. de Siqueira (15,7 km)> parada Guse desembarca Guilherme e embarca Gabrieli Beck Guse (16 km) > estrada Mass-Agronova > parada Fischer, desembarcam Monike e Mirelli Fischer (16,8 km) > parada Heiter, desembarca Stefani Scarlee Heiter e embarca Ester Aline Scarlee Heiter(17,2 km) > Parada Tomm-Prauchener , desembarca Luiza Tomm e embarca Helena Rosa P. da Costa (17,64 km) > entrada Mass embarca Miguel Shimit Mass(18,2 km) > parada Osmar Tomm, desembarca Junior Tomm(18,8 km)> parada Olbrich, desembarca Diúlia Olbrich (19,9 km)> retorna até travessão Steurer -Küchener , entrada Evandro Kürschener embarca Rafaelly R. Kürschener (20,6 km) > travessa Steurer, embarca João Gabriel Steurer (21,8 km) >Estrada Formigueiro-Linha 24 parada Riewe, desembarca Alessandro Riewe e Evandro Riewe(24,5 km)> retorna até estrada geral RS 539 sentido Barro Preto> Rua Doze de Outubro> Avenida Brasil> Travessa Souza-Möbs, entrada Souza, embarca Gean Michael de Souza (31,7 km) > entrada Beck, embarca Yasmin Raiane Beck de Souza (32,2 km) > retorna Avenida Brasil segue para estrada Centro Administrativo-Balim , embarca Felipe Rehfeld(35,9 km) > RS 539 sentido Pinhal> Escola Municipal Dom Pedro(39,4 km)	39,4 km
1.3 Tarde	Escola Dom Pedro I >Estrada Centro Administrativo-Balim, desembarca Felipe Rehfeld(3 Km)> Estrada Souza-Möbs , desce Gean Michael de Souza(6,4 km) > desce Yasmin Beck de Souza(6,9 Km)> retorna para Estrada barro Preto-Timbozal até a travessão Höring em direção a travessa Riterbuch, desembarca Oscar e Larissa Riterbuch(12,7 km) > Travessa Guse-Siqueira, parada Guse, desembarcaGabriele Beck guse(14,4 km)> Estrada Mass-Agronova, parada Heiter, dewsembarca Ester scarlee Heiter(15,6 km)> parada tomm-prauchner, desembarca Helena Rosa P. Da Costa (16 km)> esntrada Mass, desembarca Miguel shimit Mass(16,5 km)> entrada Kürchener, desembarca Rafaely R. Kürchener(17,7 km) >Travessão Steurer_ Kürchener desembarca João Gabriel Steurer (18,8km)> retorna Escola Dom Pedro I(30,36km)	30,36
	Total geral km	102,96
Horário Escolar: Manhã: 7h20m às 11h20m Tarde: 13h00min às 17h00min km total diária: 102,96 Km Veículo com capacidade de 16 passageiros.		



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

LINHA 07 – Monte Alvão		
TURNO	Trajetos	KM diários
1.1 Manhã	Escola E.E.E.M. Dr. Roberto Löw>Estrada Barro Preto - Monte Alvão em direção a Macieira > Parada Cervi, embarca Talia Tamiozzo Cervi (12,2 km)> Retorna em direção ao Barro Preto até parada Speroni, em à lei nº 13.935/2019barca Alicia Beck Marguti(17,7 km)> parada Bilibio, embarca Helena Cadore Bilibio (19 km)> segue até parada Zan, embarcam Liege Ziotti Höring e Cristiano Weich Zounar(20,6 km)> Travessa Santos-Keller-Formigueiro até entrada Eloir dos Santos, embarcam Manoela Dos Santos Machado e Maria Eduarda Quadros Dos Santos (22,7 km)> retorna até a estrada Gallert-sphor, embarcam Vitor Gabriel Gallert e Vinicius Daniel Gallert(24,5 km)> estrada vicinal Rodrigues-Barro Preto> parada Vargas, embarca Felipe Vargas(27,3 km)> travessão do Cássio > estrada Barro Preto -Monte Alvão em direção ao Barro Preto, embarca Luiz Roberto Franke(31 km)> E.E.E.M. Dr. Roberto Löw, desembarcam Vitor, Vinicius, Felipe, Liegi, Maria e Talia(31,5 km)> segue até parada da Praça Barro Preto, embarcam Larissa V. Rader, Betina Carvalho Arbo, Rafaela Pydd, Heloisa Brizola, Raquel Pydd e Arieli Martins Paes (32 km)>Escola Municipal Dom Pedro I(37,1 km)> E.E.E.M. Dr. Roberto Löw (41,59 km)	41,59
1.2 Meio-Dia	Escola M. Dom Pedro I > Parada Praça de Barro Preto para desembarque de Larissa V. Rader, Betina Carvalho Arbo, Rafaela Pydd, Heloisa Brizola, Raquel Pydd e Arieli Martins Paes(4,6 km) > E.E.E.M. Dr. Roberto Löw (5,3 km) >Estrada Barro Preto- Monte Alvão, desembarca Luiz Roberto Franke(5,8 km) >travessão do Cassio> estrada barro Preto -Rodrigues desembarca Felipe de Vargas e embarca Fernanda de Vargas(9,4 km) > Parada Rodrigo Rodrigues, embarca Anthony Da Silva (10,3 km)> estrada Gallert-Sphor, desembarca Vinicius e Vitor Gallert(12,7 km) > travessa Santos-Formigueiro, desembarca Manuela dos Santos Machado(14,5 km) >retorna Estrada Barro Preto-Monte Alvão segue até parada Zan, desembarca Liege Ziotti Höring e Cristiano Weich Zounar(16,5 km)>parada Bilibio, desembarca Helena Cadore Bilibio(18,1 km)> parada Speroni, desembarca Alicia Beck Marguti (19,4 km)> Estrada Monte Alvão _ Macieira, parada Cervi desembarca Talia Tamiozzo Cervi e embarcam Inácio Borim Cervi e Carlos Miguel Cervi(24,9 km) >retorna direção Barro Preto até a parada Bilibio, embarca Laura Cadore Bilibio(31,8 km) > parada Zan, embarcam Leonardo Höring Zan, Lorenzo Höring Zan e Liara Ziotti Höring(33,4 km)>E.E.E.M. Dr. Roberto Löw, embarca Sara de Lima Rubert(37,1 km)>parada do Kiko, embarca Kauê Paplowski Arnold, Murilo de Lima Rodrigues e Michel E. Shultz(37,5 km)> Parada do Morro embarca Myllena Martins Alves (38,1 km) > Escola Municipal Dom Pedro I (42,4 km).	42,4
1.3 Tarde	Escola Dom Pedro I> Parada do Morro, desembarca Myllena Martins Alves (3,8 km) > Parada do Kiko, Kauê Paplowski Arnold, Murilo de Lima Rodrigues e Michel E. Shultz(4,5 km)> contorna ela Igreja Católica em direção a escola > E.E.E.M. Dr. Roberto Löw, desembarca Sara de Lima Rubert(5 km) > Estrada barro Preto-Monte Alvão até travessa do Cassio>estrada Barro Preto -Rodrigues, parada Vargas, desembarca Fernanda de Vargas(9,2 km)>parada Rodrigo Rodrigues, desembarca Anthony Da Silva (10km) > travessão Gallert-Sphor >travessa Santos-Formigueiro desembarca Maria Eduarda Quadros Dos Santos(14 km) > estrada Monte Alvão-Macieira, parada Zan, desembarca Leonardo Höring Zan, Lorenzo Höring Zan e Liara Ziotti Höring(16,1 km)>parada Bilibio, desembarca Laura Cadore Bilibio(17,8 km)>parada Cervi, desembarca Inácio Borim Cervi e Carlos Miguel Cervi(24,6 km) > Escola Dom Pedro I. (41,6 km)	41,6
	Total geral km	125,59
Horário Escolar: Manhã: 7h20m às 11h20m Tarde: 13h00min às 17h00min Km total diária: 125,59 Km Veículo com capacidade de 16 passageiros.		

DO PAGAMENTO

Cláusula 6ª. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior a efetivação dos serviços, a contar da entrega da nota fiscal (na nota fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato, a placa do veículo, a fonte de recurso e deverá ser emitida separada conforme fonte de recurso e despesa para fins de prestação de contas dos recursos) a nota fiscal deverá ser



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

entregue a Secretária da Fazenda (sob responsabilidade da Contratada) para fins da efetivação do pagamento já autorizado pela Secretaria de Educação.

Parágrafo primeiro. A empresa contratada somente poderá emitir a Nota Fiscal referente ao mês dos serviços prestados após entregar a Secretaria Municipal de Educação o Relatório de Controle Mensal com a assinatura do motorista e um membro da equipe diretiva da Escola Municipal Dom Pedro I e o relatório (discos) de aferição do tacógrafo para fins de atestar a prestação dos serviços, especificando o número de viagens, conforme o número de dias letivos do mês e a km efetivamente realizada, documento que deverá ser conferido pela Secretaria Municipal de Educação, condição básica para que seja solicitado pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda. O Relatório de Controle Mensal deverá ser entregue preenchido sobre a responsabilidade da Contratada no último dia útil do mês.

Parágrafo segundo. No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

DA VIGÊNCIA

Cláusula 7ª. O Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá seu vencimento em, podendo ser prorrogado conforme Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021. (os contratos serão realizados para o período de um ano) podendo ser prorrogado conforme Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 8ª. As despesas referentes ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06	SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO,CULT.,DESP.E TURISMO	
2	33	MANTER TRANSPORTE DO ENSINO MÉDIO
2	36	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTI
2	32	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAME
3390393200	TRANSPORTE ESCOLAR	

DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Cláusula 9ª. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo primeiro. Os preços poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação dos custos, mediante comprovação com documento hábil demonstrando o efetivo aumento e/ou diminuição no valor contratado, hipótese em que haverá a recomposição do preço, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação. O pedido de reequilíbrio financeiro/econômico, além de vir acompanhado por justificativa plausível, deve ter anexado os seguintes documentos mínimos:

- a) Nota fiscal de aquisição/serviço, comprovando o preço de compra na época do certame;
- b) Nota fiscal aquisição/serviço, atual ao pedido de reequilíbrio;
- c) Tabela do custo do KM rodado vigente devidamente assinada;
- d) Tabela de custo do Km rodado atualizada ao pedido do reequilíbrio devidamente assinada;
- e) Demais comprovantes que comprovem o aumento de preço, se for o caso.

Parágrafo segundo. A contratada deverá requerer reequilíbrio mesmo quando **Negativo** (quando houver redução de preços que compõe o valor do km). Caso o Município verifique essa diminuição, sem que a contratada tenha solicitado, notificará a empresa para a apresentação da nova planilha de custos de redução do km rodado. O não cumprimento desta obrigação **poderá gerar sanção** por descumprimento do contrato.

Parágrafo terceiro. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

Parágrafo quarto. A contratada deverá protocolar a solicitação de reequilíbrio junto ao Setor de Protocolo do Município, o qual será encaminhado para o responsável pela Gestão do Contrato, para as devidas providências.

DO REAJUSTE

Cláusula 10ª. Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês do orçamento estimado de preços (constante no Termo de Referência) a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente, através do índice constante no código tributário municipal ou outro que vier a substituí-lo, correspondente à variação no período.

DA REPACTUAÇÃO

Cláusula 11. Para formalização da repactuação a CONTRATADA deverá realizar solicitação formal, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, a qual será realizada nos termos do art. 135 da Lei Federal 14.133/2021.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo único. A contratada deverá protocolar a solicitação de repactuação, devidamente comprovado, junto ao Setor de Protocolo do Município, o qual será encaminhado para o responsável pela Gestão do Contrato, para as devidas providências

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 12. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e/ou 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 13. Ficam fixadas as seguintes sanções:

Parágrafo primeiro. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- h) comportar-se de modo inidôneo ou comentar fraude de qualquer natureza durante a execução do contrato.

Parágrafo segundo. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Cláusula 13 – Parágrafo primeiro deste Contrato as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” na Cláusula 13 - do Parágrafo segundo deste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” da mesma cláusula.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo quarto. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto na Clausula 13 - do Parágrafo segundo deste Contrato.

Parágrafo quinto. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo sexto. A aplicação das sanções previstas na Clausula 13 - do Parágrafo segundo deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo sétimo. Na aplicação da sanção prevista na Clausula 13 - do Parágrafo segundo alínea “b”, do presente Contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo oitavo. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do na Clausula 13 - do Parágrafo segundo deste Contrato o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo nono. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo décimo. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Parágrafo décimo primeiro. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo décimo segundo. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo décimo terceiro. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “e” e “g” da Clausula 13 - do Parágrafo primeiro do presente Contrato exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula 14. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Executivo nº 4.563, de 27/03/2023. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do contrato e dos serviços prestados ficará a cargo de servidor a ser designado através de Portaria.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 15. As eventuais omissões desse contrato serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

DO FORO

Cláusula 16. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Ijuí/RS, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma.

Aprovo:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391 - Assessora Jurídica